

## PODER

# TCU atesta Viagra turbinado

Área técnica da Corte diz que houve superfaturamento na compra de comprimidos pelas Forças Armadas e pede ressarcimento

» TAÍSA MEDEIROS

Área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) reconheceu que houve superfaturamento na compra de Viagra pelas Forças Armadas. O procedimento para análise da representação, feita pelo deputado federal Elias Vaz (PSB-GO) e pelo senador Jorge Kajuru (Podemos-GO), teve início em abril e foi concluído na última quinta-feira.

O relatório orienta que seja solicitado o “ressarcimento do débito apurado, em valores devidamente atualizados”. As recomendações são justificadas com base na constatação da compra de 15.120 comprimidos de sildenafil 25mg, vendido sob o nome de Viagra, pelo valor unitário de R\$ 3,65, enquanto o valor médio no Pannel de Preços do governo federal para o período é de R\$ 1,81. O Hospital Central do Exército registrou o preço de R\$ 1,50.

A data da compra para atender a Marinha é 7 de abril de 2021. Já a data da compra que atendeu o Exército é 14 de abril de 2021.

O documento pede ao TCU que determine prazo de 90 dias para que o Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro, “adote as medidas administrativas pertinentes para apuração do débito e outras ao seu alcance, sem prejuízo de requerer ao órgão jurídico da estatal que adote as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis”, diz o texto.

Conforme apurou a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) do TCU, o edital para a aquisição do medicamento estava estimado em R\$ 22.226,40. O hospital, no entanto, registrou gastos de R\$ 55.188,00 nos comprimidos de Viagra. Diante disso, o parecer conclui que “as aquisições realizadas pelo HNMD resultaram em um débito de R\$ 27.820,80”.

O parecer ainda está pendente de aprovação do relator

Marcos Corrêa/PR



**Nos hospitais públicos, falta até dipirona. E, para as Forças Armadas, o governo Bolsonaro libera compra superfaturada de Viagra. É dinheiro público, a sociedade merece uma satisfação”**

**Elias Vaz (PSB-GO), deputado**

**Cerimônia com integrantes das Forças Armadas: Ministério da Defesa não se pronunciou sobre a constatação do TCU**

do caso no TCU, ministro Weder de Oliveira. Contatados pela reportagem, o Ministério da Defesa não respondeu aos questionamentos.

“A equipe técnica constatou o superfaturamento e pediu o ressarcimento aos cofres públicos desse dinheiro gasto indevidamente. É preciso conduzir esse caso com rigor. Nos hospitais

públicos, falta até dipirona. E, para as Forças Armadas, o governo Bolsonaro libera compra superfaturada de Viagra. É dinheiro público, a sociedade merece uma satisfação”, declarou o deputado Elias Vaz.

Quando fez a representação no TCU, o parlamentar divulgou detalhes do contrato firmado entre o Comando da

Marinha e o laboratório EMS S/A para fornecimento dos comprimidos, de 2019 a 2022. O acordo prevê, também, a transferência de tecnologia de fabricação do medicamento pelo laboratório da Marinha, causando questionamento sobre a finalidade dessa medida e os critérios para a produção de remédios pelas Forças Armadas.

## Próteses

Elias Vaz também denunciou, em abril, a aprovação de quase R\$ 3,5 milhões para aquisição de 60 próteses penianas para unidades ligadas ao Exército. “O questionamento que fazemos é: por que o governo Bolsonaro está gastando dinheiro público para pagar essas próteses? O povo brasileiro

sofre para conseguir medicamentos nas unidades de saúde e um grupo é atendido com próteses caríssimas, de R\$ 50 mil a R\$ 60 mil a unidade”, frisou, na ocasião.

Dados do Portal da Transparência e do Pannel de Preços do governo mostram três pregões para aquisição de próteses penianas infláveis de silicone, com comprimento entre 10cm e 25cm.

## PF investigará ataques e ameaças a juiz

» LUANA PATRIOLINO

A Polícia Federal informou, ontem, que abriu um inquérito para investigar ameaças e ataques contra o juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal de Brasília. Autor do mandado de prisão contra o ex-ministro Milton Ribeiro, por suspeita de participação em esquema de corrupção no Ministério da Educação, o magistrado passou a sofrer intimidações pelas redes sociais, por telefone e até pessoalmente.

Nesta semana, Borelli relatou ter sofrido dois ataques. O primeiro ocorreu na noite de quarta-feira, enquanto ele dirigia a caminho de casa e passou por uma área de mata. Na ocasião, teve o carro atingido por fezes humanas misturadas com estercos de animais. No dia seguinte, após sair de sua residência, o magistrado teve o veículo atingido por ovos e terra.

O Conselho Nacional de

Justiça (CNJ) também foi acionado para apurar e recomendar providências, com medidas de segurança, para proteção de Borelli. Um ofício foi encaminhado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). “Não é possível detalhar, neste momento, as ações de segurança a serem adotadas para preservar a segurança do magistrado”, informou, em nota, o CNJ na última quinta-feira.

Desde que determinou a prisão preventiva de Milton Ribeiro, Renato Borelli passou a relatar as ameaças. Aliados do ex-ministro e do presidente insinuam que o juiz age com viés ideológico para perseguir o chefe do Executivo. No entanto, o histórico de decisões de Borelli possui uma lista de despachos que desagradaram políticos de diferentes partidos.

No caso de Bolsonaro, o magistrado foi o responsável por determinar que o presidente fosse obrigado a usar máscara em espaços públicos e comércios do DF. O

Reprodução/Twitter



Em um dos ataques, o carro do juiz Renato Borelli foi atingido por ovos e terra

ato acabou sendo derrubado pelo TRF-1. À época, bolsonaristas o acusaram de “ativismo judicial”. O magistrado também já

ordenou o bloqueio de bens do ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella (Republicanos); e, em 2016, na 20ª

Vara Federal, Borelli condenou o ex-deputado João Paulo Cunha (PT) e o empresário Marcos Valério.

## STF rebate fake news

O Supremo Tribunal Federal desmentiu, ontem, a publicação feita pelo bolsonarista Oswaldo Eustáquio, investigado no inquérito das fake news, que fez “falsa ligação” entre o ministro Gilmar Mendes, integrante da Corte, e uma igreja de Minas Gerais. O Supremo enfatizou que a “informação mentirosa” espalhada contra o decano foi replicada por vários perfis.

Na publicação impugnada pelo STF, o bolsonarista disse que Gilmar Mendes seria presidente de uma igreja em Minas Gerais, fundada em 2009, com faturamento anual de R\$ 2,5 milhões.

Eustáquio ainda atribuiu a informação ao blogueiro Allan dos Santos, também investigado em inquéritos no Supremo e atualmente foragido da Justiça brasileira.

## Homônimo

A Corte máxima ressaltou que, no site da Receita Federal, é possível verificar que uma pessoa de mesmo nome, Gilmar Ferreira Mendes, aparece como presidente da igreja. “Mas, ao analisar o CPF do presidente da igreja, nota-se que se trata de outra pessoa, um homônimo (pessoa de mesmo nome), pois não é o CPF do ministro do STF”, ressaltou a Corte.

O Supremo ainda fez um alerta sobre “a importância de não repassar informações publicadas em locais não confiáveis e com dados alarmistas ou teorias conspiratórias”.

A corte criou uma série, batizada #VerdadesdoSTF, para desmentir informações falsas ou deturpadas atribuídas ao Supremo e seus ministros.

## PGR quer arquivar pedidos contra Bolsonaro

A Procuradoria-Geral da República (PGR) rejeitou os pedidos para que o presidente Jair Bolsonaro seja investigado por uma suposta interferência na operação da Polícia Federal que prendeu o ex-ministro Milton Ribeiro, por suposta esquema de corrupção no Ministério da Educação. Na manifestação, a vice-PGR, Lindôra Araujo, argumentou que já está em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF) um inquérito com o mesmo teor.

“Considerando que os fatos ora representados já estão, em tese, abrangidos por inquérito

policial que foi declinado ao Supremo Tribunal Federal por suposto envolvimento de pessoa com prerrogativa de foro, não se justifica, a princípio, deflagrar mais um procedimento investigativo com idêntico escopo, sob pena de se incorrer em litispendência”, escreveu.

O Supremo remeteu o caso para a PGR, que poderia pedir a abertura do inquérito contra o presidente. Ao total, foram protocoladas quatro solicitações para que a procuradoria se pronunciasse a respeito das supostas interferências de Bolsonaro nos trabalhos da PF.

Milton Ribeiro foi preso em uma operação da PF, de 22 de junho, por um suposto envolvimento em esquema para liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em áudios, o ex-chefe do MEC afirmou priorizar pastores aliados e citou que o favorecimento era um pedido expresso do presidente da República.

Em outra gravação, ele relata à própria filha que foi avisado por Bolsonaro sobre a busca e a apreensão de que seria alvo. Segundo ele, o presidente disse ter tido um “presentimento” do que ocorreria.

Outra suspeita de interferência

também cai sobre Bolsonaro. O delegado federal Bruno Calandrini, que comandou a operação, disse que a corporação teria dado o tratamento diferenciado a Ribeiro. Ele também reclamou do fato de o ex-ministro não ter sido transferido de Santos, litoral paulista, para Brasília, como determinava o mandado de prisão.

Ribeiro foi solto um dia após a detenção, por decisão do desembargador Ney Bello, do TRF-1. Também foi revogada a prisão preventiva dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, suspeitos de comandar o suposto esquema no MEC.

Ontem, nas redes sociais, o senador Randolfé Rodrigues (Rede-AP) afirmou que Calandrini foi intimado a depor em uma sindicância aberta pela corporação. “Recebemos a notícia que o dr. Bruno Calandrini, delegado responsável pela operação que prendeu Milton Ribeiro e os bandidos que roubaram o MEC, foi intimado para depor em uma sindicância que foi aberta pela Polícia Federal”, escreveu.

O Correio entrou em contato com a PF para comentar a informação divulgada por Randolfé Rodrigues, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição. (LP)